

QUEM É ESTE PROFISSIONAL - O ARQUIVISTA?

Zeny Duarte
Professora Doutora
Universidade Federal da Bahia

ABORDAGEM INICIAL

Será que a dimensão da formação do arquivista se reduz aos procedimentos definidos por instâncias governamentais do ensino superior responsáveis pela definição da grade curricular dos cursos de Arquivologia? A função do arquivista deve estar direcionada à gestão de documentos e ao resgate da memória e da informação, como profissional que simplesmente atende a pedidos? Ou, ao contrário, deve-se repensar o perfil desse profissional, observando o seu valor enquanto indivíduo e a sua condição de cidadão inserido na sociedade do conhecimento, convivendo numa teia de interações entre a sua realidade regional e o mundo global?

Transportamo-nos a algumas proposições epistemológicas abordadas por Silva(2002) quando aponta para o fato de que o objeto da Arquivologia não é apenas o arquivo, nem tampouco os documentos, mas, sim, a informação social estruturada e dinamizada de forma sistêmica. A caracterização sistêmica tem um valor instrumental, ou seja, visa à universalização científica do conhecimento arquivístico através de um conjunto variável e cumulativo de princípios gerais demonstráveis, do específico para o genérico.

O arquivista tem sido orientado para satisfazer necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência, eficácia e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, contidos nos documentos, e para tornar possíveis a pesquisa e a difusão cultural.

Com essa visão, tem-se dado a ele a denominação de profissional da informação. Nessa perspectiva (McGarry,1999,p.158) afirma:

Temos estudado corpos de conhecimentos que são na verdade sistemas sociais, cada qual com uma perspectiva cultural e sistema de comunicação próprio. Conforme nos adverte um pesquisador da área, ele usa a expressão 'comunidades de conhecimento' de forma mais ampla e solta do que 'comunidades de disciplinas'. Nesse sentido do conceito, 'profissionais da informação' se qualificaria como uma comunidade de conhecimento, sendo a comunicação (a não-comunicação) da informação na sociedade sua preocupação central.

Dessarte, entendemos a denominação de profissional da informação como a mais aproximada das ações desenvolvidas pelo gerenciador de projetos e planejamentos de sistemas de informação em instituições documentais, arquivísticas ou não.

Há também de se refletir sobre os componentes curriculares dos cursos de Arquivologia. Vimos no cenário nacional a experiência com base na chamada “formação unificada”. Esse é um conceito questionado e que poderá conduzir os projetos pedagógicos dos cursos a um condicionamento de necessidades preestabelecidas pelas instituições reguladoras do ensino superior. Segundo Michel Duchein(1993), “não é preciso dissimular que será cada vez mais difícil, e até mesmo impossível, dar apenas uma única e mesma formação a todos os arquivistas, que irão exercer suas funções em contextos muito diferentes.”

Portanto, a formação pode ser unificada em seus objetivos, concepção, prioridades e estratégias de implantação, mas deve ser descentralizada quanto à sua elaboração e implementação, levando em conta as especificidades de cada região.

NÍVEL ACADÊMICO

Considerada uma formação universitária ainda em busca de identidade própria, a Arquivologia trilha por caminhos susceptíveis e questionáveis no que diz respeito ao seu corpo teórico e epistemológico. Além do que destacamos nas abordagens iniciais deste trabalho, o que a leva a ter essas características? No Brasil, ela se apresenta como subárea do conhecimento concebida no berço da Biblioteconomia e da História, fixando-se na área da Ciência da Informação. Dizendo isso, nota-se o quanto ainda se tem de imprecisão e influência em sua base teórica e na aplicação de seus métodos. Analisando caso a caso, detectar-se-á a formulação dos cursos de Arquivologia por bacharéis e professores de Biblioteconomia e de História. Não queremos com essa observação desconhecer a contribuição dos profissionais que se dispuseram a elaborar projetos de cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras. Esse, inclusive, é um bom tema para texto mais demorado e específico sobre a questão da influência e de simulacros vivenciados, na prática, pelas disciplinas oferecidas nos cursos de Arquivologia.

Na criação do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, a participação dos professores do curso de Biblioteconomia foi de fato importante. No entanto, a tradição de manter um corpo de disciplinas comuns aos dois cursos vem apresentando certo impedimento no que diz

respeito ao avanço da Arquivologia como área autônoma do conhecimento, constituída de estatuto científico.

Um outro aspecto a dificultar é a falta de concursos para docentes da área, incidindo na presença de professores dos cursos de Biblioteconomia nas disciplinas profissionalizantes de Arquivologia. Na tentativa de suprir essa lacuna, as universidades costumam contratar professores substitutos para as disciplinas de formação. Todavia, essa é uma opção que não tem resolvido a deficiência, tornando a situação impraticável por manter esses professores por um tempo máximo de dois anos.

Por deliberação do MEC, os cursos passaram a ser avaliados e um dos pontos considerados críticos na classificação deles tem sido o número insuficiente de docentes especialistas na área. Com esse indicativo nos relatórios dos avaliadores do Inep – MEC, os departamentos e coordenações passaram a rever a real possibilidade de abertura de concursos para docentes das disciplinas dos componentes curriculares de Arquivologia. Somente nos últimos dois anos têm-se realizado concursos públicos para docentes efetivos dos quadros em universidades que oferecem o curso.

Constata-se, então, que as primeiras turmas de bacharéis dos cursos de Arquivologia obtiveram formação experimental, mas as porvindouras lograrão uma realidade diferenciada, com mais aproximação da proposta pedagógica e do perfil profissional.

Ante a instalação acelerada da indústria da informação, a Arquivologia surge com mais vigor e possibilidade de atingir o seu objetivo enquanto área do saber. Esse aspecto estimula e promove o seu estado de arte, mas passa a incomodar os que ainda consideram a possibilidade de, além do arquivista, outro profissional da informação ser capaz de planejar e administrar projetos em instituições arquivísticas.

Na coordenação do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Bahia, durante quatro anos consecutivos, tivemos a oportunidade de vivenciar o processo de transformação de seu currículo pedagógico e, conseqüentemente, da formação do bacharel. As três primeiras turmas vivenciaram um processo de busca da identidade própria da profissão e as dificuldades de adaptação dos professores de outras áreas que não tinham especialização em Arquivologia, nem possuíam experiência em arquivos.

As turmas de discentes dos anos subseqüentes passaram a ter mais possibilidades de estabelecer conexão com seus objetivos profissionais e com a graduação que haviam abraçado. A

partir do interesse de professores efetivos do curso em aprofundar seus conhecimentos como docentes de disciplinas de Arquivologia e mediante a entrada de especialistas na área, elas obtiveram mais segurança quanto a sua preparação profissional.

Outra situação comum aos cursos no Brasil é a ausência de divisão departamental condizente com uma administração apropriada aos seus reclamos, haja vista as poucas conquistas referentes ao número de vagas de concursos para docentes. Do mesmo modo como se diz que a Arquivologia nasceu no berço de outras áreas, ela permanece emprestada à administração de outras unidades de ensino.

Quando o curso não está vinculado ao departamento de Biblioteconomia e Documentação, é lotado no de Ciência da Informação ou noutros departamentos que abarcam componentes temáticos de cursos das Ciências Sociais ou Humanas. Ou seja, as unidades que administram os cursos de Arquivologia são, na maioria das vezes, responsáveis também pela administração de outros cursos de graduação. Observando as apresentações dos cursos de Arquivologia das universidades brasileiras, o único curso que se encontra ligado a um departamento - Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos - delineado para sua própria administração, é o de Arquivologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também conta com uma estrutura acadêmica chamada Escola de Arquivologia.

O FIM DA ERA PÓS-CUSTODIAL DA ARQUIVOLOGIA

Nos recentes debates sobre o papel do arquivista na era da informação, a idéia de que esse profissional precisa se preparar para a era pós-custodial dos arquivos, é repetidamente expressa. Para Duchein(1993), “é essencial que os arquivistas não depreciem seu papel como guardiões dos documentos, um papel oficialmente reconhecido pelas várias leis nacionais sobre prova documental.” Entretanto, os arquivistas devem transcender seu papel de custódios, se desejam sobreviver como profissionais no novo século.

Reportando-nos, *en passant*, à historicidade da Arquivologia, lembramos que, desde que os homens aprenderam a consignar por escrito os atos necessários a sua vida social, política e econômica, procuraram logo assegurar a conservação dos documentos. Nas escavações do palácio de Assurbanipal (rei da Síria, de cujo reinado restaram-nos esculturas e importante acervo), os

arqueólogos atualizaram numerosas tabuinhas cuneiformes e descobriram em Ugarit (antiga cidade da costa fenícia na região da Ásia Menor) um arquivo organizado.

No princípio, um arquivo organizado certamente satisfazia às necessidades emergenciais de seus produtores e custódios. A revolução promovida pelo advento da tecnologia da informação desconstruiu essa visão de custódia e, atualmente, o arquivista precisa receber formação que o torne receptivo ao comportamento da sociedade do conhecimento e da informação.

Todo esforço deve ser direcionado à promoção de um novo pensar arquivístico, considerando indagações próprias para uma nova era: a posição da Arquivologia na Ciência da Informação - realidade ou falta de opção? Quais os programas de extensão nos cursos de Arquivologia? A pós-graduação *lato sensu* em Arquivologia: avanço ou interrupção? Cursos *stricto sensu*: onde estão as áreas de concentração e linhas de pesquisa que contemplam temáticas da Arquivologia? Qual a real situação da Arquivologia nas aprovações de projetos contemplados pelo CNPq, Capes e outras instituições de apoio à pesquisa? Como aproximar, efetivamente, o Arquivo Nacional dos cursos de Arquivologia? Como resolver o problema da carência de docentes especialistas, mestres e doutores em Arquivologia? Ter ou não ter um Conselho Federal de Arquivologia? Como fazer com que instituições públicas, privadas e ONGs absorvam bacharéis em Arquivologia em seus quadros de funcionários? Existe um programa nacional de estudos sobre a reestruturação curricular dos cursos de Arquivologia? Os projetos pedagógicos são elaborados contemplando bases filosóficas e pedagógicas e inserindo-se na realidade socioeconômica da região? A Arquivologia encontra suporte para a realização de cursos a distância?

Urge direcionar o projeto pedagógico do curso de Arquivologia para capacitar profissionais que acompanhem e implementem projetos estratégicos de produção e disseminação do conhecimento. Além disso, ainda não se reconhece, como deveria, a imprescindível presença desse profissional no desenvolvimento administrativo, sociopolítico e econômico das instituições e, sobretudo, da máquina administrativa do Estado.

São múltiplas as possibilidades do bacharel em Arquivologia no mercado de trabalho. Ele pode atuar em instituições arquivísticas, em setores de documentação ou informação, em centros culturais, serviços ou redes de informação, em órgãos de gestão do patrimônio cultural ou noutros responsáveis pela salvaguarda de acervos documentais.

Um outro aspecto que deve merecer atenção especial nos estudos curriculares é o direcionamento de programas de disciplinas de preservação de acervos documentais que

respondam à expectativa da demanda social em relação à preservação da memória das instituições documentais. Estamos focando a realidade de um país que não envida esforços na preservação de sua memória. De um país que, em seus quadros de servidores, na maioria das repartições públicas, não possui profissional capaz de desenvolver ações em prol da documentação histórica, preservando-a e garantindo o acesso a documentos desconhecidos que se encontram como escombros ou limbo de organismos, mas que são verdadeiramente o tesouro informacional para o seu desenvolvimento social e avanço cultural. Lembremos a propósito: os arquivos das instituições jurídicas, dos tribunais de toda ordem, das universidades brasileiras, dos hospitais, das instituições bancárias, das secretarias de governo estadual e municipal, dos setores eclesiásticos, das casas civis e dos Poderes da União.

Como sabemos, as universidades que mantêm cursos de Arquivologia não apresentam, em sua maioria, seus próprios arquivos organizados, como modelo para as demais instituições. Além disso, os cursos não desenvolvem planos de estudos sobre o seu marketing. Assim, poderíamos estar difundindo o marketing da Arquivologia como a área prioritária da sociedade do conhecimento, assegurando o resgate da memória arquivística do país, das instituições e da sociedade.

Para isso, tais cursos necessitam promover mudanças na concepção do ensino tradicional da Arquivologia no Brasil, capacitando profissionais da administração de arquivos em suas três idades, fornecendo conhecimentos básicos a fim de situar a problemática arquivística dos contextos tecnológico, econômico, produtivo, comercial e histórico de instituições públicas, privadas e ONGs e provendo embasamento teórico no reconhecimento e leitura de fundos documentais diversos.

Ainda no que tange à concepção do currículo, assistimos à prática da concepção tecnicista do arquivista (neotecnicismo), com ênfase nos aspectos pragmáticos da formação. A opção por esse modelo nega a trajetória de movimentos de classe de profissionais da informação e de estudantes de Arquivologia, na luta pela melhoria de suas condições.

O arquivista, no desempenho de sua função de gestor, deve estar apto a trabalhar as soluções de tratamento funcional da documentação arquivística e atender às demandas administrativas, jurídicas e técnico-científicas das instituições. Seu perfil profissional supõe acompanhamento da evolução das tecnologias da informação e da produção do conhecimento e domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira. Isso faz o seu diferencial.

RECOMENDAÇÕES A RESPEITO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE ARQUIVOLOGIA

O currículo de Arquivologia não pode ficar à parte na visão contemporânea da formação acadêmica dos estudantes do ensino superior. Portanto, não se trata apenas de preparar um projeto pedagógico e realizá-lo sem observar que, na prática, tem-se que valorizar a própria capacidade imaginativa do estudante. Os programas das disciplinas devem ser direcionados à formação de profissionais que reflitam, desconstruam e reelaborem procedimentos metodológicos a partir de (re)leituras de textos técnico-científicos e de elaboratos a partir de uma mundividência não-pronta, não-acabada e aberta a críticas e modificações. Ao final do período de ensino-aprendizagem, o estudante deverá estar apto a acompanhar o desenvolvimento da sociedade no que tange à gestão da informação e produção do conhecimento. Convém que ele apresente os resultados do que foi perquirido e pesquisado em etapas naturais e seqüenciais da atividade acadêmica, adotando posicionamento reflexivo, crítico, criativo e atendendo ao conteúdo e à forma exigidos pela pesquisa.

Por conseguinte, o currículo deve contemplar as exigências da sociedade do conhecimento e a constante mutação do homem contemporâneo, sua aproximação cada vez maior dos valores de cidadania e, conseqüentemente, a necessidade de atualização do saber, favorecendo a formação do arquivista humanista. Nesse sentido, o engajamento do aluno na vida acadêmica permite que ele reconstrua seu próprio conhecimento e o articule com a sua realidade, assimilando o saber técnico, o científico e, sobretudo, o humanístico. Para isso, naturalmente é importante que ele se disponha a profissionalizar-se e assuma a responsabilidade da sua própria aprendizagem e crescimento.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio; CARVALHO, Gilda. Projeto pedagógico do curso de Arquivologia da Ufba: reestruturação curricular. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTEGRAR, 1. *Anais...* São Paulo: Febab; AASP, 2002.

DUARTE, Zeny; FARIAS, Lúcio. *O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico*. Salvador: ICI, 2005. 230p. il.

McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Tradução Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206p.

SILVA, Armando B. Malheiro et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998. 254p. (Biblioteca das Ciências do Homem, Série Plural, 2).